



Câmara Municipal de Alto Paraíso  
Estado de Rondônia  
Poder Legislativo

SANCIONADA

09/03/2022

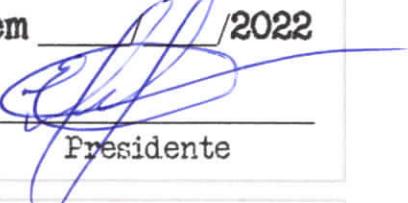
*joão pavam*

LEI MUNICIPAL N° 35 03 /2022

DE 09 DE março DE 2022.

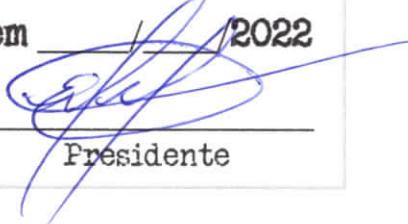
APROVADO

em 09/03/2022

  
Presidente

AUTÓGRAFO

em 09/03/2022

  
Presidente

**DISPÕE: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM A COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE JI-PARANÁ - COOCAMARJI E AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO AO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO PAVAN**, Prefeito Municipal de Alto Paraíso – RO, no uso das atribuições que são conferidas pelo inciso VI do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o uso, a título gratuito, à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná – COOCAMARJI, com sede administrativa na Linha 11, Km 11, Gleba Pyrineos, Zona Rural, CEP 76.900-979, na cidade de Ji-Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 19.124.422/0001-05.

**§ 1º.** O imóvel a ser cedido fica localizado na Rua Turmalina, Lote 01<sup>a</sup>-4B/1, Gleba 69, e possui as seguintes medidas e confrontação: fazendo frente para Rua Turmalina medindo 70,06 metros; fundos para a Rua Rio Machado medindo 70,06 metros; lado direito para o Lote n. 01<sup>a</sup>-4B/2 medindo 99,96 metros; lado esquerdo para o Lote n. 01<sup>a</sup>-4REM, perfazendo área total de 7002,71 metros quadrados.

**§ 2º.** A área mencionada no parágrafo anterior será cedida ao Município, aguardando-se, apenas, a Certidão de Interior Teor ser emitida, quando então, poderá ocorrer a cedência.

**Art. 2º.** O imóvel a ser cedido será utilizado única e exclusivamente para triagem do material reciclável coletado pelos catadores.

**Art. 3º.** A presente cedência será pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do termo de cessão de uso, podendo ser prorrogada por iguais períodos, mediante Decreto, após análise da Administração.



**Câmara Municipal de Alto Paraíso**  
**Estado de Rondônia**  
**Poder Legislativo**

---

**§ 1º.** Caso o imóvel não seja utilizado para o fim estabelecido na presente lei, a cessão fica automaticamente revogada.

**§ 2º.** A Cessionária somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização expressa do Município, atendidas as normas da legislação vigente.

**§ 3º.** Finda ou revogada a cedência, o imóvel retornará ao Município com todas as suas benfeitorias, salvo se puderem ser retiradas sem danificar o imóvel, não tendo a Cessionária direito a qualquer indenização.

**Art. 4º.** Para receber a cedência de uso do imóvel descrito na presente lei, a Cessionária deverá atender as seguintes disposições legais:

I – não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, bem como a Fazenda Estadual, Federal e Dívida Ativa da União;

II – apresentar prova de que não está em débito com o Sistema de Seguridade Social (INSS e FGTS).

**Art. 5º.** A Cessionária será responsável pelas perdas e dano causados a terceiros e ao patrimônio cedido, na área de sua responsabilidade.

**Parágrafo único.** As despesas com energia elétrica, abastecimento de água IPTU será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO.

**Art. 6º.** Fica expressamente vedado à Cessionária:

I – transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da cessão, sem prévia e expressa autorização do Município;

II – usar o imóvel para atividades amorais, político-partidárias ou religiosas;

III – colocar na parte externa ou interna do imóvel placas, bandeiras, cartazes, inscrições ou sinais de conotação amoral, político-partidária ou religiosa.

**Art. 7º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação com a COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE JI-PARANÁ – COOCAMARJI, com sede administrativa na Linha 11, Km 11, Gleba Pyrineos, Zona Rural, CEP 76.900-979, na cidade de Ji-Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 19.124.422/0001-05, com a finalidade de executar a Coleta Seletiva neste Município, que tem por objeto a prestação de serviços de coleta seletiva com recolhimento de materiais recicláveis e seu transporte, para triagem e destinação.

**Parágrafo único.** O Município irá auxiliar a Cooperativa na coleta residencial, 02 (duas) vezes ao mês, com 01 (um) caminhão e 01 (um) motorista.

**Art. 8º.** O Município repassará à Cooperativa o valor mensal de R\$ 14.611,00 (quatorze mil, seiscentos e onze reais) para operar a unidade produtiva de resíduos sólidos com a produção de material gráfico, distribuição de sacolas, criação de software e site, mobilização da população, equipamentos e logísticas.



**Câmara Municipal de Alto Paraíso**  
**Estado de Rondônia**  
**Poder Legislativo**

---

**Parágrafo único.** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços, após a aprovação das atividades pela fiscalização do Município, ou no primeiro dia útil subsequente, caso a data acima determinada recaia em feriado, final de semana ou em dia sem expediente no Município.

**Art. 9º.** Os seguintes equipamentos serão fornecidos pela COOCAMARJI:

- a)** 01 (uma) prensa de 25 toneladas;
- b)** 01 (uma) balança;
- c)** 01 (um) carrinho porta-fardo;
- d)** 04 (quatro) triciclos de carga.
- e)** 01 (um) software de gerenciamento

**Art. 10.** A COOCAMARJI ofertará os seguintes serviços:

- a)** Distribuição de sacolas;
- b)** Produção de material gráfico;
- c)** Mobilização da população;
- d)** Mobilização dos catadores;
- e)** Montagem e treinamento;
- f)** Criação do site do projeto sociomabiental.

**Art. 11.** As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 12.** São de responsabilidade da Cooperativa:

I – todos os custos com pessoal, encargos trabalhistas e previdenciários, tributos, materiais e equipamentos, uniformes, despesas com transporte de pessoal e dos resíduos resultantes do serviço, combustíveis, lubrificantes, manutenção dos materiais/equipamentos e dos veículos e quaisquer outros encargos que incidam sobre a prestação dos serviços;

II – todas as obrigações trabalhistas com pessoal, salários, horas extras, adicionais, Previdência Social e outros, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços.

III – quaisquer danos materiais ou pessoais causados a terceiros, em decorrência dos serviços executados;



**Câmara Municipal de Alto Paraíso  
Estado de Rondônia  
Poder Legislativo**

**IV** – quaisquer danos, furtos, depredações ou atos de vandalismo causados aos equipamentos e/ou materiais que serão utilizados para a prestação dos serviços, ficando a Cooperativa obrigada, em caso de inviabilização de uso dos mesmos, a substituí-los no prazo máximo de 48h, sem prejuízos na prestação dos serviços;

**V** – a observância dos dispositivos referentes à higiene pública, informando à fiscalização, quanto a possíveis situações de infrações ambientais, como por exemplo, nos casos de descarga irregulares de resíduos;

**VI** – os esclarecimentos a respeito dos serviços que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender prontamente eventuais reclamações.

**VII** – todos os documentos pertinentes para o devido funcionamento da Cooperativa, como alvará, licenciamento e demais documentos que o Município considerar necessário.

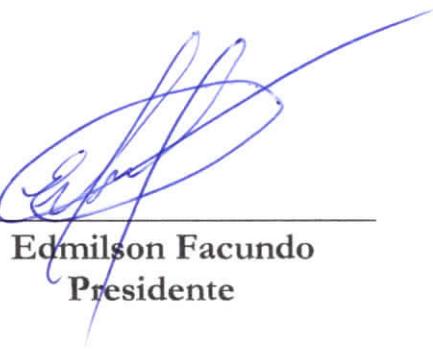
**Art. 13.** Os serviços serão fiscalizados pelo Município, através do setor competente, podendo o mesmo determinar a paralisação dos serviços, caso não se encontrem de conformidade com as especificações técnicas e legais estabelecidas neste instrumento e no Termo a ser firmado entre as partes.

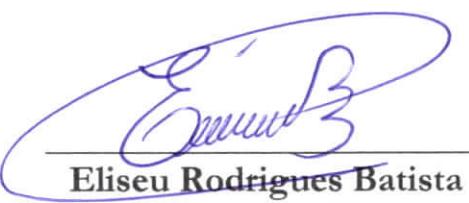
**Art. 14.** Os recursos financeiros resultantes da comercialização do material reciclado reverterão integralmente à Cooperativa, que deverá apresentar mensalmente relatórios dos quantitativos comercializados e os respectivos valores auferidos, até o último dia útil do mês subsequente ao da venda.

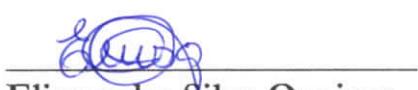
**Parágrafo único.** Caso não ocorra a comercialização em determinado mês, a informação deverá ser repassada ao Município, no prazo acima determinado, para fins de acompanhamento e controle da operação de reciclagem.

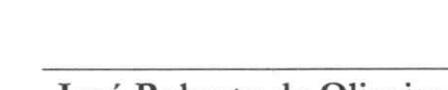
**Art. 15.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, \_\_\_\_ de MARÇO de 2022.

  
**Edmilson Facundo**  
Presidente

  
**Eliseu Rodrigues Batista**  
Vice - Presidente

  
**Elissandra Silva Queiroz**  
1ª Secretária

  
**José Roberto de Oliveira**  
2º - Secretário